



DIRETORIA

Presidente

Francisco Amaral

Secretário Geral

Sergio de Andréa Ferreira

1º Secretário

Antonio Celso Alves Pereira

2º Secretário

Leonardo Greco

Tesoureiro

Roberto Rosas

Diretores

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes

Aurélio Wander Chaves Bastos

Conselho

Luiz Fernando Whitaker da Cunha

Ricardo Cesar Pereira Lira

Everardo Moreira Lima

Paulo Nader

ELEIÇÃO DA DIRETORIA

A Academia Brasileira de Letras Jurídicas realizou no dia 10 de maio de 2022, na sede da ABLJ, a eleição de sua diretoria para o biênio 2022/2024, que ficou assim constituída: **Presidente** – Francisco Amaral; **Secretário Geral** – Sérgio de Andréa Ferreira; **1º Secretário** – Antonio Celso Alves Pereira; **2º Secretário** – Leonardo Greco; **Tesoureiro**: Roberto Rosas; **Diretores** – Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Aurélio Wander Chaves Bastos; **Conselho** – Luiz Fernando Whitaker da Cunha, Ricardo Cesar Pereira Lira, Everardo Moreira Lima e Paulo Nader.

A solenidade de posse realizou-se por meio virtual, no dia 23 de junho de 2022.

ELEIÇÃO PARA MEMBRO TITULAR

Por determinação do Colégio Acadêmico e na forma do que dispõe o artigo 7º do Regimento Interno de Acesso aos Quadros Sociais, acha-se aberta por 30 (trinta) dias a contar desta data, a inscrição para escolha do Membro Titular da cadeira nº 4 da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Patrono Afonso Arinos M. Franco Arinos, em sucessão a Paulo Bonavides.

O pedido de inscrição deverá ser formalizado em requerimento ao Presidente da Academia, com a expressa referência ao número da cadeira a ser preenchida, acompanhado dos dados bibliográficos essenciais do candidato, a ser entregue na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 1183, sala 503, Copacabana, Rio de Janeiro (CEP 22070-011). Rio de Janeiro, 24 de junho de 2022. Francisco Amaral – Presidente. Sergio de Andréa Ferreira – Secretário Geral.

**BERNARDO CABRAL HOMENAGEADO
COM A MEDALHA LUIZ GAMA**

No dia 30 de março passado, o Senador Bernardo Cabral, membro Honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, foi homenageado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, ocasião em que recebeu a Medalha Luiz Gama, como reconhecimento de sua longa e exemplar atuação política e legislativa.

Realizou-se a sessão solene de modo presencial e virtual no plenário histórico, na véspera da data em que se completaram 58 anos do golpe militar que interrompeu a sua carreira política e profissional. Presente ao ato, representando a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, o seu presidente Prof. Francisco Amaral. O homenageado foi saudado pelos Acadêmicos Antônio Celso Alves Pereira e Aurélio Wander Bastos.

Recorde-se que em 1º de fevereiro de 1987 foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte que redigiu a Carta Magna de 1988, com Bernardo Cabral como relator-geral. Nesse mesmo ano, foi observador parlamentar junto à Organização das Nações Unidas (ONU), representando a Câmara dos Deputados. Foi, também, Ministro da Justiça na gestão do ex-presidente Fernando Collor. Foi também Secretário-Geral e Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

Em 1969, como foi deputado federal pelo Amazonas, enfrentou a ditadura e teve o seu mandato e os seus direitos políticos cassados pelo período de 10 anos, com base no Ato Institucional nº 5.

É autor, dentre outras obras importantes, do livro “*O Poder Constituinte, fonte legítima, soberania, liberdade*”.

ARION ROMITA

Faleceu no dia 3 de março passado, no Rio de Janeiro, aos 87 anos, o Acadêmico Arion Sayão Romita, ocupante da cadeira nº 2, Patrono Joaquim Xavier Guimarães Natal.

Formado em 1956 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Livre docente e doutor em direito, foi Professor Titular de Direito do Trabalho nas Faculdades de

Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor nos cursos de pós-graduação da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi Presidente Honorário e Ex-Presidente da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, ocupou a cadeira 71 dessa Academia (ABDT).

Era Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Direito Social Cesariano Junior, Sócio efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Foi autor de 26 livros sobre Direito do Trabalho.

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

Faleceu no dia 29 de maio passado, em Brasília, aos 74 anos, o Acadêmico Antônio Augusto Cançado Trindade, ocupante da cadeira nº 47, Patrono Jacy de Assis.

Formado em 1969 pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi Mestre e Doutor em Direito Internacional pela Universidade Cambridge no ano de 1973 e 1978 respectivamente. Foi Professor Titular de Direito Internacional Público da Universidade de Brasília, recebeu da instituição o título de Professor Emérito em 2010, lecionou no Instituto Rio Branco.

Recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* em 2003, pela Universidade Central do Chile e título *Honorary Fellow* da Universidade de Cambridge.

Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Em 2008 foi eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, com o voto de 163 dos 192 estados membros

da Assembleia Geral da ONU. Em 9 de novembro de 2017, foi reeleito em Nova York. Foi uma reeleição histórica, pois é a primeira vez que isso ocorre na história do Brasil, tratando-se de um Juiz da Corte Mundial que condenou as armas nucleares, como fez Cançado Trindade, em seus votos dissidentes no ano anterior.

Foi juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ocupando o cargo de Presidente da Corte de 1999 a 2004.

Foi reconhecido como patrono do Tribunal Internacional Estudantil (TRI-e), que simula uma Corte Internacional visando à resolução de questões de extrema controvérsia no seio do Direito Internacional, sendo composto por alunos da Escola Superior Dom Helder Câmara e alunos do Ensino Médio das escolas da região metropolitana de Belo Horizonte. Foi presidente de honra do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos.

Foi Membro do Institut de Droit International.

Foi autor de 21 livros de Direito Internacional.

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS JURÍDICAS

A Academia Paraense de Letras Jurídicas realizou no dia 24 de junho de 2022, às 17h, por meio virtual, sessão solene comemorativa dos seus 30 anos de fundação.

Foi orador convidado o Presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Acadêmico Francisco Amaral, com o tema *A Academia e a arte literária na realização da justiça*.

Foi Presidente da Mesa o Desembargador Nilton Nobre, Acadêmico fundador e antigo Presidente da Academia Paraense de Letras Jurídicas.

PRÊMIO JURÍDICO “ORLANDO GOMES – ELSON GOTTSCHALK”

Será lançado neste ano o concurso jurídico “Prêmio Jurídico ORLANDO GOMES – ELSON GOTTSCHALK”, em sua 14ª versão bienal, para escolha de dissertação inédita sobre tema específico de Direito Civil.

As inscrições serão abertas em breve para bacharéis e estudantes universitários. O vencedor terá o prêmio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PRÊMIO JURÍDICO DE DIREITO DO ESTADO

O concurso jurídico “Prêmio Jurídico de *Direito do Estado*”, em homenagem aos acadêmicos Machado Paupério e Paulino Jaques, membros fundadores da ABLJ, será aberto em 2023 em sua 2ª versão bienal, para escolha de dissertação inédita sobre Direito Constitucional. O vencedor terá o prêmio de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS JURÍDICAS

Av. N. Sra. de Copacabana nº 1183
sala 503 – Rio de Janeiro – RJ

CEP 22070-011

Tels: 21-2522-0240

e-mail: ablj2010@hotmail.com

www.ablj.org.br